

COTAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPel: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS ESTUDANTES E DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE

AFFIRMATIVE ACTIONS IN UFPel'S PEDAGOGY COURSE: AN ANALYSIS OF STUDENT'S PROFILE AND OF DEMOCRATIZATION ACCESS TO UNIVERSITY

Lorena Almeida Gill - Professora Doutora do Departamento de História Tutora do grupo PET Diversidade e Tolerância/UFPel. E-mail: lorenaalmeidagill@gmail.com

Nicéia Silva Mendes - Graduanda do Curso de Pedagogia. Bolsista do PET Diversidade e Tolerância/UFPel. E-mail: niceiamendes2@hotmail.com

RESUMO

As cotas nas universidades foram instituídas pela Lei 12.711/2012. Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o processo começou com a aprovação do sistema, ainda no mesmo ano, em um percentual de 40% do total de vagas, passando a 50%, em 2013. Este estudo pretende, justamente, analisar o perfil do estudante cotista do curso de Pedagogia da UFPel, verificando a importância desse processo para o ingresso na universidade e, além disso, conhecer as condições de permanência oferecidas pela instituição para que estudantes cotistas possam concluir seus estudos. Para a realização do trabalho, buscou-se os conceitos de equidade, ação afirmativa e dialética entre inclusão e exclusão. A metodologia baseou-se em uma análise quanti-qualitativa, mediante o uso de um formulário Google.

Palavras-chaves: Pedagogia; cotas; ações afirmativas; inclusão; democratização.

ABSTRACT

Affirmative actions in Brazilian Universities were instituted by the Law 12.711/2012. At the Federal University of Pelotas (UFPEL), the process started with the approval of the system, in the same year, with a percentage of 40% of the total vacancies, increased to 50% in 2013. The present study aims, precisely, to analyze the profile of the affirmative action students of the Pedagogy undergraduate course of UFPEL, to verify the importance of this process for entering the university and, in addition, to discuss the conditions of permanence offered by the institution so that affirmative actions students can complete their studies. To carry out the work, this paper sought the concepts of equity, affirmative action and dialectics between inclusion and exclusion. The methodology was based on a quantitative-qualitative analysis, using a Google Forms.

Keywords: Pedagogy; affirmative action; inclusion; democratization.

INTRODUÇÃO

As universidades brasileiras se tornaram mais acessíveis especialmente a partir dos anos 2000¹, mas é preciso se ter claro que as condições de permanência dos estudantes não são as mesmas. Tal fato pode ser ainda mais bem observado durante a pandemia do coronavírus, conhecida como Covid-19, momento em que um número considerável de alunos² teve de abandonar a Universidade para atuar, muitas vezes, em setores informais³, visando a sua própria manutenção ou a de sua família. Pesquisa realizada pelo PET Diversidade e Tolerância (PET-DT), publicada no ano passado revelou os impactos econômicos, sociais, culturais, sanitários que a pandemia trouxe à vida cotidiana dos alunos e alunas da UFPEL, que temiam não conseguir terminar seus cursos, especialmente pelas dificuldades de permanência na Universidade (OLIVEIRA; LANGHANZ; GILL, 2020).

Embora este estudo sobre os cotistas no curso de Pedagogia tenha sido iniciado pelo PET-DT antes da pandemia, a coleta de dados ocorreu durante os primeiros meses do distanciamento social e, portanto, sua importância revela-se mais consistente, já que os cotistas, mesmo com os auxílios que recebem, continuam sendo os mais afetados por períodos de instabilidade econômica e crises sanitárias, por várias razões, sendo as principais as econômicas. Segundo dados apresentados pela Revista do Ensino Superior, publicados em 2021, o impacto de abandono nas Universidades foi de 16.3%, sendo que estes números são muito maiores nas chamadas classes D e E⁴.

A fim de haver um maior esclarecimento sobre os termos abordados no texto, será utilizado Aquino *et al.* (2020, p. 2425) para quem o isolamento é a separação de indivíduos enfermos de sãos. Por sua vez, a quarentena apresenta uma maior restrição de movimentos e o distanciamento

1. Foi em 2000 que a Assembleia Legislativa do RJ aprovou cotas para o ingresso em universidades estaduais para estudantes de escolas públicas. Tal decisão impulsionou, ainda mais, a discussão sobre essa modalidade no país. <https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/cotas/historia-sistema-cotas-no-brasil.htm>. Acesso em: 18 jun. 2021.

2. Sobre a evasão de alunos durante o período de pandemia. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/com-mais-de-meio-milhao-de-evadidos-permanecer-no-ensino-superior-durante-a-pandemia-e-um-desafio-para-brasileiros>. Acesso em: 2 maio 2021.

3. Sobre esta temática, existe um artigo produzido também pelo PET DT (LANGHANZ; GILL, 2020).

4. “Abandono escolar afeta quatro milhões de brasileiros”. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/pandemia-abandono-escolar-fo/#:~:text=1670%20pessoas%20das%20redes%20p%C3%BAblicas%20e%20privada%20foram%20escutadas.&text=Segundo%20a%20pesquisa%2C%20o%20impacto,fundamental%2C%204%2C6%25>. Acesso em: 10 mar. 2021. As classes D e E são as mais desprovidas de recursos e, segundo o último censo (2010), representam quase metade da população brasileira.

social “envolve medidas que têm como objetivo reduzir as interações em uma comunidade, que pode incluir pessoas infectadas, ainda não identificadas e, portanto, não isoladas. Como as doenças transmitidas por gotículas respiratórias exigem certa proximidade física para ocorrer o contágio, o distanciamento social permite reduzir a transmissão”.

Retomando o tema, as universidades públicas brasileiras, em sua maioria, têm déficit em infraestrutura e dificuldades no planejamento para conduzir um ensino remoto que contemple a todos por igual, pois o que tem se presenciado, desde o início desse modelo de ensino, é uma oferta insuficiente de disciplinas e vagas em cursos com maior carga horária prática impedidos de avançar nos semestres. Tal fato tem causado frustração e desmotivação dos estudantes, como de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Essas são questões que resultam em desigualdades e, principalmente, em evasão, pois vinculada às questões econômicas, muitos alunos não possuem equipamentos tecnológicos e um espaço adequado em casa para acompanhar as aulas; além de ter acesso precário à internet e depender da quantidade de vagas e/ou se as disciplinas de seu curso serão ofertadas, para que se mantenham em um semestre regular.

No geral, o ensino remoto tem implicado em horas desgastantes na frente das telas e, consequentemente, em uma maior jornada de trabalho, visto que há alunos que trabalham e estudam ou participam de bolsas que demandam vinte horas semanais, assim como existem outras necessidades a serem satisfeitas, como o cuidado da casa e, eventualmente, dos filhos.

No campo da educação, são vários os estudos que relatam a expansão do ensino superior como uma estratégia para minimizar as desigualdades, principalmente de grupos tradicionalmente desfavorecidos social e economicamente, assim como o surgimento das ações afirmativas, com o intuito de que esses estudantes, além de ingressarem nas universidades, pudessem concluir seus estudos. Contudo, é importante compreender que são muitas as questões necessárias para que uma trajetória acadêmica tenha êxito, como aquelas relacionadas a aspectos anteriores ao próprio ingresso na universidade, além de outras socioeconômicas, de gênero e racial.

De acordo com Sobrinho (2010, p. 1223)

a democratização requer melhorar e ampliar a educação fundamental, de modo a elevar a quantidade e qualidade de concluintes no ensino médio; ampliar e melhorar continuamente a formação de professores e a infraestrutura de todo o sistema educativo; assegurar boas condições de permanência do estudante nos cursos; ampliar a participação do estado no provimento da educação.

Segundo o mesmo autor, a democratização e as políticas de expansão no ensino superior só irão se concretizar, de fato, quando houver o entendimento de que as mudanças devem acontecer desde a pré-escola. Para tanto, a ampliação e melhoria da escola ainda no nível básico carece de um grande investimento público, principalmente, na infraestrutura física dos colégios e na formação continuada dos professores. Além disso, vale salientar que as políticas de expansão no ensino superior visam incluir estudantes carentes de privilégios, mas não modificam o modelo organizacional e administrativo, tampouco, o currículo e os métodos de ensino, o que não colabora para reduzir as barreiras para a permanência e conclusão do curso (SOBRINHO, 2010).

Os investimentos no ensino base, a longo prazo, acabariam propiciando a temporalidade da política de cotas, pois é mediante incremento no ensino desde a pré-escola que se garantiria uma maior igualdade de condições dos alunos provenientes de escolas da rede pública (BEZERRA; GURGEL, 2011).

PENSANDO AS COTAS

A Lei de Cotas nº 12.711 foi sancionada no dia 29 de agosto de 2012 e, nesse mesmo ano, a Universidade Federal de Pelotas passou a implementá-la, conforme já dito. A lei garante 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades Federais e Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia para alunos que tenham concluído seus estudos integralmente em escolas públicas, de maneira regular ou por meio da educação para jovens e adultos e para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

A implementação do sistema de cotas é uma temática bastante debatida, seja em função da controvérsia da meritocracia, de uma discussão inicial sobre a necessidade de reparação histórica ou, ainda, mais atualmente, pelas fraudes existentes — as quais fizeram com que muitas pessoas garantissem acesso às universidades mesmo que não tivessem direito às vagas. Mas a verdade é que mesmo antes da lei ser aprovada os resultados já eram positivos, pois o sistema parte do pressuposto da equidade e, por consequência, proporciona o acesso de pessoas em vulnerabilidade social ao ensino superior. Por equidade se compreende: “[...] questões operacionais que garantem a aquisição de habilidades de acordo com o esforço e dedicação de cada um” (FELICETTI; MOROSINI, 2009, p. 11), na perspectiva de se construir um espaço de êxito quanto aos resultados. E, ainda: “[...] Por equidade, faz sentido empreender ações específicas em prol do atendimento das camadas mais pobres, sem postergar as ações mais amplas e radicais de caráter sustentável e estrutural” (SOBRINHO, 2010, p. 1229-1230). Com relação à vulnerabilidade, esta não se vincula apenas às questões econômicas, mas também às situações de fragilidades relacionais (CASTEL, 2005).

Além disso, vale ressaltar que o sistema de cotas atua como uma política de ação afirmativa. Conforme Feres Júnior *et al.* (2018, p. 13) relatam

uma definição de ação afirmativa deve ser parcimoniosa o suficiente para abarcar as diversas políticas assim denominadas. Portanto, parece-nos razoável considerar ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem a participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico.

As cotas sociais estão diretamente relacionadas com ações afirmativas, uma vez que se diferenciam de políticas punitivas e antidiscriminatórias, visto que ambas enfrentam estigmatizações e preconceitos com a valorização de grupos desfavorecidos socialmente, além de se constituírem como um método preventivo de ações desse caráter (GUARNIERI; SILVA, 2016). Uma vez que as cotas sociais surgem para incluir grupos desfavorecidos e excluídos da sociedade, pode-se entender que a inclusão — assim como as cotas sociais e as ações afirmativas — tem a intenção de corrigir, ou ainda, recompensar um passado escravagista e desigual. Conforme explana Sawaia *et al.* (2001, p. 9)

Em síntese, a exclusão é o processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É o processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é o processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema.

Como a exclusão é produto do funcionamento do sistema da sociedade, um ponto para se refletir é sobre a exigência de aprovação no exame de ingresso nas universidades, pois esse procedimento também tem caráter excludente e elitista. Trata-se de uma metodologia que gera acirrada concorrência ao elevar o número de candidato-vaga, o que contribui para a exclusão daqueles candidatos que não tiveram um bom curso médio, tampouco recursos para uma preparação para esse exame (BEZERRA; GURGEL, 2011).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no Brasil, em 2019, havia 11 milhões de analfabetos e as idades variavam entre 15 e 60 anos ou mais. Vale salientar que é considerado alfabetizado quem sabe ler ou escrever um bilhete simples. Quanto ao nível de instrução, 51,2% das pessoas de 25 anos ou mais não tinham concluído o ensino médio e, dentre esses, 43,8 milhões tinham apenas ensino fundamental incompleto. E, ainda, pessoas de 15 a 29 anos, com no máximo ensino superior incompleto, que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou pré-vestibular eram equivalentes a 58,1%, somando um total de 23,8 milhões de pessoas. Entre as razões para o abandono, são as mais frequentes, em todos os níveis de instrução: precisar trabalhar; não ter escola ou instituição na localidade; falta de vaga e curso; dificuldades econômicas; responsabilidades com o lar; gravidez; problemas de saúde frequentes; já ter concluído o nível de ensino desejado, dentre outros.

Sendo a educação um direito de todos e dever do Estado, o conhecimento, portanto, é uma fonte indispensável para a realização pessoal e profissional, assim como um aspecto importante para o crescimento econômico e para o fortalecimento das justiças sociais, além de contribuir para a democracia e o pleno exercício da cidadania.

Para essa pesquisa, os objetivos eram conhecer o perfil dos estudantes cotistas do curso de pedagogia da UFPEL, bem como as condições de permanência oferecidas pela instituição; para tanto, a metodologia utilizada foi a quali-quantitativa, por meio de um questionário on-line via *Google Forms*, divulgado nas redes sociais, especialmente nos perfis do PET-DT, que contam com um número expressivo de seguidores. O questionário contemplou 42 questões abertas e fechadas, a partir do qual coletou-se 57 respostas de cotistas e, após os fatores de exclusão (ingresso por ampla concorrência, não é cotista do curso de Pedagogia e portador de título), restaram 46 respostas para a análise, realizada com auxílio do editor de planilhas *Microsoft Excel*. Todas as questões serão tratadas de forma anônima e apresentadas como sujeito 1, 2 e assim por diante.

A UFPEL E OS COTISTAS DO CURSO DE PEDAGOGIA

A UFPEL foi criada em 1969 e contava com apenas seis unidades acadêmicas⁵. Com o passar do tempo foi ampliando seu espectro tanto na graduação quanto na pós-graduação. Especialmente com o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no ano 2007, a UFPEL passou de 58 para 96 cursos e o número de estudantes, que era cerca de 8 mil, foi para mais de 16 mil⁶. Já com relação ao curso de Pedagogia, este foi criado no ano de 1978, em turno diurno e, apenas em 2006, de maneira tardia passou a ser oferecido também no turno da noite, tendo em vista que é composto por um número considerável de trabalhadores e trabalhadoras. Atualmente, o curso recebe 100 pessoas por ano (50 diurnos e 50 noturnos) e tem duração de nove semestres. Em sua proposta, pretende habilitar profissionais para atuar na educação infantil, anos iniciais, educação de jovens e adultos, bem como na gestão escolar.

5. Para saber mais sobre a história da Universidade, ver MAGALHÃES, Mario (org.). UFPEL 30 anos. Pelotas: Editora Universitária, 1999.

6. Conforme o Portal Institucional da UFPEL. Disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/historico/>. Acesso em 22 set. 2020.

A partir dos conceitos aqui referidos, existe uma série de questões a serem pensadas e destacadas, por isso, pesquisas que retratem as cotas sociais e as ações afirmativas tornam-se necessárias por se constituírem como fonte de informação segura, além de contribuírem para o fortalecimento de grupos, que costumam ser marginalizados na nossa sociedade, visto que no Brasil, atualmente, se vive um discurso anticientífico e antidemocrático.

Conforme dito anteriormente, foram obtidas 57 respostas para o formulário e, após os fatores de exclusão, restaram 46 respostas a serem analisadas, de um total de 189 estudantes cotistas, de acordo com dados fornecidos pelo colegiado do curso de Pedagogia da UFPel. Trata-se de um número menor do que se esperava de respondentes, contudo, é possível que tal fato possa ser explicado pela falta de equipamentos e/ou acesso à internet, visto que a coleta de dados ocorreu nos primeiros meses da pandemia.

Do total dos respondentes, 95,7% se reconhecem como mulher e 4,3% como homem, o que acentua o fato de que, ainda hoje, o magistério, especialmente em suas séries iniciais, continua sendo pensado como uma profissão vinculada às mulheres. Somado a isso, estudos de gênero apontam que as mulheres são a maioria em todos os níveis de ensino, porém, são minoria em cursos de ciência, tecnologia e engenharias, sendo mais comum estarem em cursos de licenciaturas (COSTA; PICANÇO, 2020).

De acordo com a composição étnico racial, dentre os cotistas, 41,28% dos alunos se reconhecem como brancos, 36,95% se consideram pretos, 19,57% pardos e 2,20% como outro. Esse dado é peculiar, pois o percentual de pretos e pardos ultrapassa o de brancos, contudo, o grupo maior, muitas vezes, inicia e não conclui o curso universitário. Vale salientar, ainda, que estudos sobre raça mostram que houve um aumento significativo de ingresso de pretos e pardos no ensino superior com a expansão das vagas e cursos e com a implementação da Lei de Cotas, mas assim como os estudos de gênero apontam, as chances de pretos ingressarem em graduações de maior prestígio ainda são baixas e concentram-se em cursos onde já havia representatividade negra, como em humanidades e licenciaturas (COSTA; PICANÇO, 2020).

Estudo publicado um ano antes da implementação da Lei de Cotas revela que, no quadro da educação brasileira, o número de negros diminuía à medida que aumentava o nível educativo: enquanto o nível básico corresponde a 53,2% do total dessa população na educação superior essa proporção cai para 23%, e no nível de pós-graduação encontram-se, aproximadamente, 17,6% de afrodescendentes (BEZERRA; GURGEL, 2011). Passados três anos da Lei de Cotas, um novo estudo — realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que teve como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — apontava que o número de negros no ensino superior era equivalente a 43,7%, enquanto o de brancos correspondia a 55,4% (SILVA, 2019). Embora o percentual de pessoas negras tenha sido incrementado nos anos posteriores à implementação dessa lei, ainda existe uma significativa disparidade no acesso à educação superior entre pessoas negras e brancas.

Sobre o percentual de pretos e pardos juntos ultrapassarem o de brancos cotistas no curso de Pedagogia na UFPel, o relato a seguir demonstra os sentimentos de um dos respondentes sobre a eficiência das cotas na universidade:

Sou totalmente a favor, mas observo que ainda não é o suficiente, deixa a desejar em muitos aspectos, não é simplesmente dar aos cotistas o acesso à universidade, e sim dar assistência e permanência a esses estudantes, visto que, muitos são oriundos de outros estados e cidades, e o afastamento de seus familiares e amigos e a pressão sofrida pelas demandas acadêmicas, acabam gerando frustrações e disfunções psicológicas (SUJEITO 1).

Conforme Nunes (2019, p. 2), “o ambiente acadêmico é um espaço de trocas, de produção e construção de conhecimento empírico e científico, porém, este espaço segue a lógica produtivista e, por muitas vezes, torna-se adoeceador pertencer a ele”. A Universidade, é um reflexo da sociedade em que está inserida e, por isso, tem sido mais marcada, a cada dia que passa, por uma avaliação que se coloca muito mais a partir de números do que de qualidade. Ou seja, um aluno ou aluna costumam ser bons se publicam muito, mesmo que suas produções, algumas vezes, não promovam impacto no tocante às transformações sociais.

Retomando a discussão sobre a UFPel, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) surgiu no ano de 2007, a partir da necessidade de atender os estudantes e, dentre os atendimentos, oferece apoio psicossocial, assim como ações que envolvem a discussão de gênero e raça, com o objetivo de garantir a inclusão e a permanência dos estudantes na universidade. Como existe uma grande demanda de atendimentos e de concessão de benefícios, a efetivação pode levar um tempo maior do que o esperado, não sendo possível contemplar a todos com a rapidez desejável.

A partir da questão sobre a forma de ingresso se obteve os seguintes resultados: 36,95% entraram pela cota L1 (candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas); 17,39% com a cota L2 (candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas); 26,09% com a cota L5 (candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas) e 19,57% com a cota L6 (candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas). Nessa questão, podemos observar que boa parte dos estudantes cotistas ingressaram na universidade tendo em vista as condições da renda familiar bruta per capita ser igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, o que deixa claro a importância desse processo de ingresso, pois possibilita que pessoas em situação de vulnerabilidade social possam acessar o ensino superior, o que seria difícil em uma universidade privada. A saber, muitos desses estudantes são os primeiros de suas famílias a ingressarem no Ensino Superior, mais especificamente 41,3% dos respondentes, conforme os formulários apontam. A seguir, os relatos demonstram os sentimentos em relação às cotas:

Muitos estudantes de classe baixa, assim como eu, não têm condições de estudar em escola particular ou até mesmo fazer um curso preparatório. Eu estudei em casa, com o pouco de material que ganhei doado, e a internet que tinha disponível na casa de amigos. É importante saber que temos vagas para quem realmente estuda e quer entrar na universidade, mesmo não tendo grandes condições financeiras (SUJEITO 2).

E ainda:

A vida é uma grande diversidade e é importante que a universidade possa abranger essa diversidade. Todos temos direito de estudar na universidade pública, mas acredito que nem todos tem a oportunidade que precisa para isso acontecer, por isso, as cotas são importantes, para proporcionar oportunidades (SUJEITO 3).

A universidade pública pode e deve ser utilizada como agente transformador, contribuindo para a redução das desigualdades de acesso universal à educação. O sistema de cotas (para ex-alunos de escolas públicas, por exemplo) é uma excelente iniciativa que promove a ascensão social dos envolvidos (LIMA; VASCONCELOS, 2004).

Quando questionados se recebiam algum benefício específico da UFPel, por intermédio da PRAE, 52,20% responderam não receber auxílio; 15,20% ganham auxílio transporte; 10,90% auxílio

alimentação; 6,50% auxílio para mães e pais; 2,20% auxílio moradia e 13,0% recebem de dois a três desses auxílios. Essa questão é relevante pelo fato de que a maior parte dos estudantes cotistas ingressou na universidade pela condição da renda familiar, mas um número significativo deles não recebe nenhum auxílio da PRAE, os quais são essenciais para que um discente ingressante nessa modalidade possa permanecer estudando, tendo em vista os gastos existentes. Sobre a importância que os alunos atribuem aos auxílios, 91,3% dos respondentes consideram extremamente importante, embora muitos não os acessem, conforme já visto.

Quando perguntados se utilizavam o Restaurante Universitário (RU) para suas refeições, 58,69% responderam não; 36,96% sim e 4,35% não responderam à questão. Novamente chama a atenção o pouco acesso ao restaurante universitário, embora, talvez tal fato possa ser explicado considerando que muitos dos estudantes são trabalhadores e trabalhadoras e possuem um horário reduzido entre a saída do trabalho e a chegada na universidade. Nessa perspectiva, seria interessante que o horário de funcionamento do RU fosse adaptado, pensando em contemplar um maior número de discentes.

Um outro questionamento era se os estudantes já haviam participado de algum projeto com bolsa na universidade: 47,83% responderam que não; 17,39% que tinham bolsas do Programa de Educação Tutorial (PET); 10,87% bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); 6,52% bolsas UFPel e 17,39% outras bolsas (por exemplo, bolsa do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)). Essas bolsas representam uma excelente oportunidade tanto para o crescimento acadêmico, pessoal, cultural e profissional, como para a permanência dos estudantes na universidade.

Também foram questionados quanto a exercerem alguma atividade remunerada, 65,2% responderam que não e 34,8% que sim. Já se possuíam vínculo empregatício, 89,1% responderam negativamente e 10,9% de forma afirmativa. Esse dado também é relevante, visto que o número de estudantes que trabalha não é o mesmo que possui vínculo empregatício, ou seja, são estudantes que buscam se manter economicamente, mas o fazem de maneira informal, o que traz maior vulnerabilidade. No Brasil, o entendimento de “trabalho formal” ou “informal” deriva, principalmente, da ordem jurídica. São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada, direito a férias, décimo terceiro, dentre outras garantias (NORONHA, 2003).

Na questão que pedia sugestões para melhorias no acesso e na permanência no curso, os estudantes destacaram as seguintes propostas: (1) acompanhamento especial para os estudantes cotistas; (2) maior oferta de disciplinas optativas e atividades de ensino e extensão com certificação, em horários adequados para estudantes trabalhadores; (3) serviço de segurança e flexibilização no horário da saída, especialmente no turno da noite para o campus das Ciências Sociais; (4) maior oferta de bolsas remuneradas; (5) ações que proporcionem conhecer a UFPel e as oportunidades oferecidas aos estudantes; (6) assembleias e ações para que as sugestões dos estudantes sejam ouvidas; (7) incentivo à pós-graduação; (8) maior apoio da PRAE e (9) apoio psicológico. Entre as sugestões dos respondentes, tem-se dois relatos importantes a se destacar:

Ainda não tenho uma ideia formada, mas uma ideia é que poderiam ouvir mais os alunos e suas demandas. Um exemplo é o que ocorre agora com o auxílio internet que não é suficiente e as aulas remotas excludentes. Se a universidade não ouvir as questões e as exigências dos alunos, vão favorecer só quem tem o privilégio de ter condições de estudar online (SUJEITO 4).

E, ainda relacionada à infraestrutura do curso de Pedagogia:

Que a brinquedoteca funcione durante os turnos das aulas, com bolsas de monitoria para as alunas do próprio curso para que desenvolvam atividades pedagógicas, que as mães estudantes do curso de Pedagogia e demais cursos do prédio possam estar em sala de aula sabendo que seus filhos estão seguros e sendo cuidados por essas cuidadoras da brinquedoteca. Fazer com que as mães mantenham-se estudando e frequentes no curso é uma questão política de permanência. Esse é um dos grandes problemas no curso de Pedagogia, o número de mães é grande e, além de ajudar a manter as mães ativas, auxiliaria financeiramente as demais que teriam a possibilidade de trabalhar dentro da universidade aplicando conhecimentos de sua área (SUJEITO 5).

A brinquedoteca é um projeto de extensão da Faculdade de Educação que tem como objetivo formar um grupo de estudos sobre o brincar e o brincar, assim como a preparação de estudantes para atuarem como monitores do projeto, com intuito de atender crianças da comunidade local. O relato sobre o desejo de que a brinquedoteca funcione durante o período de aula é bastante interessante, levando em consideração que o curso de Pedagogia é composto, em sua maioria, por mulheres e muitas das quais são mães, o que pode ser um impasse para a sua permanência, pois aumentam as responsabilidades e necessidades, especialmente, no cuidado com os filhos. Com isso, podemos observar a urgência de se pensar em um projeto voltado às estudantes mães, de modo a criar alternativas de apoio que visem sua permanência e conclusão do curso, permitindo que se desenvolvam intelecto e profissionalmente.

No que se refere à sugestão de acompanhamento especial para estudantes cotistas, pesquisa de Bezerra e Gurgel (2011) cita um projeto voltado a esse público que é desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), chamado Programa de Iniciação Acadêmica (PROINICIAR). Oferta-se oficinas de diversas áreas do conhecimento, como estudo de línguas (Português, Inglês, Italiano e Alemão), Informática e Atividades Culturais com o intuito de dar apoio a esses estudantes e garantir que ampliem seus conhecimentos, por compreenderem que muitos tiveram uma educação básica precária. Além desse projeto, que visa aprimorar os conhecimentos dos estudantes cotistas, a UERJ, a partir de sua política de cotas, disponibiliza, também, uma bolsa de incentivo que tem como propósito a manutenção dos estudos — podendo ser estendida até o dia da formatura — para aqueles alunos que mantenham a condição de carente.

Essas ações são relevantes e cumprem com os princípios da democratização no ensino superior. Ainda que a UFPEL conte com o Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade, a partir do qual são desenvolvidas atividades relacionadas aos estudantes cotistas, dentre outras, exemplos exitosos de universidades de outros estados e países poderiam ser copiados com a finalidade de incremento em políticas de inclusão e permanência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ingressar no Ensino Superior pode não ser uma tarefa fácil para uma parte considerável de estudantes, pois requer, além de um preparo intenso de estudos, estabilidade emocional e condições básicas de alimentação, moradia, deslocamento, dentre outros fatores.

Tais condições têm se mostrado ainda mais difíceis de serem alcançadas durante a pandemia de Covid-19, pois ainda que os auxílios tenham sido mantidos para os que preenchem os requisitos necessários, o número de estudantes que tem abandonado o ensino superior é muito alto, conforme já ressaltado. Além das questões econômicas, outras dificuldades têm aparecido, como as vinculadas às condições de ensino remoto, que causam desmotivação entre os discentes, assim como em todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Ainda que a Universidade tenha mantido alguns dos auxílios e ofereça, neste período, mediante edital, o pagamento pela internet, o quadro conjuntural não é o mais adequado, pois os discentes alegam não ser o suficiente para acompanhar as demandas da plataforma, o que pode prejudicar os estudos e diminuir os êxitos na conclusão do ensino superior.

Com base nos dados coletados nesta pesquisa, evidenciamos que os estudantes do curso de Pedagogia, em número expressivo, são discentes em situação de vulnerabilidade, pois são provenientes de famílias de baixa renda, que podem, em seu processo de formação, ter tido pouco acesso a livros, equipamentos tecnológicos, internet, e oportunidades em geral. Essas são questões que influenciam tanto na qualidade de educação básica como na qualidade na realização do ensino superior. Além disso, muitos desses estudantes são oriundos de cidades distantes da cidade de Pelotas, por isso, além das fragilidades econômicas, também apresentam fragilidades relacionais.

Notamos, também, que muitos discentes tentam se manter economicamente com o trabalho informal. A partir dessa constatação, vale salientar que uma das sugestões dos respondentes para a melhoria no curso é uma maior oferta de disciplinas optativas, visto que para cumprir com o currículo é necessário cursar cinco disciplinas eletivas. Assim, como uma maior oferta de atividades de ensino e extensão com certificação em horários flexíveis para trabalhadores e trabalhadoras — possibilitando cumprir as horas complementares exigidas pelo currículo do curso, — o poderia possibilitar sua permanência no ensino superior. Justificando que, conforme os depoimentos, a estrutura curricular da Universidade não parece ser pensada para estudantes que precisam conciliar estudos e trabalho.

Outra revelação importante é o curso ser composto por um contingente expressivo de pessoas pretas e pardas, que dependem em muito dos benefícios da PRAE, o que acentua a necessidade de a UFPel rever suas exigências e criar novos métodos avaliativos, para que os processos sejam resolvidos mais rapidamente, assim como sejam mais eficazes, pois os auxílios podem ser fundamentais para a permanência de estudantes com tais características.

A implementação da Lei de Cotas e as políticas de ação afirmativa têm contribuído significativamente para que estudantes vindos de grupos desfavorecidos possam ingressar no ensino superior. Porém, ainda é necessário que se tomem mais atitudes a fim de que a permanência desses estudantes, de fato, aconteça. Por exemplo, como uma política de acompanhamento voltada especialmente para estudantes cotistas, aceleração nas concessões de benefícios, oferecimento de cursos e a ampliação de oportunidades proporcionadas pela UFPel.

Trata-se de um estudo sobre esse público na Pedagogia e que, talvez, possa contribuir para a elaboração de novas políticas públicas, as quais beneficiem aqueles que, historicamente, têm sido deixados de lado pela sociedade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Estela *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, supl. 1, p. 2423-2446, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25s1/1413-8123-csc-25-s1-2423.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BEZERRA, Tereza; GURGEL, Claudio. A política pública de cotas em universidades, desempenho acadêmico e inclusão social. **Sustainable Business International Journal**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-22, ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/sbijournal/article/view/10187/7076>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

- COSTA, Andreia Lopes; PICANÇO, Felícia. Para além do acesso e a inclusão: impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 281-306, maio-ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002020000200281&lang=pt. Acesso em: 12 abr. 2021.
- FELICETTI, Vera; MOROSINI, Marília. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n62/a02v1762.pdf>. Acesso em: 2 maio 2021.
- GUARNIERI, Fernanda Vieira; SILVA, Lucy Leal Melo. Cotas universitárias no Brasil: análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 183-193, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v21n2/2175-3539-pee-21-02-00183.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.
- FERES JÚNIOR, João *et al.* **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2mvbb/pdf/feres-9786599036477.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- LANGHANZ, Milena; GILL, Lorena. Os desafios dos estudantes trabalhadores da UFPel (2019-2020). **Dialogia**, São Paulo, n. 36, p. 581-594, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18188/8734>. Acesso em: 5 maio 2020.
- LIMA, Kênio; VASCONCELOS, Simão. Inclusão social e acesso às universidades públicas: o programa “Professores do Terceiro Milênio”. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 29, p. 67-86, jan.-jun. 2004. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2159>. Acesso em: 17 jun. 2021.
- MAGALHÃES, Mario (org.). **UFPel 30 anos**. Pelotas: Editora Universitária, 1999.
- NORONHA, Eduardo. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **RBCS**, v. 18, n. 53, p. 111- 129, out. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcso/v18n53/18081.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.
- NUNES, Morgana. **Saúde dos universitários(as)**: conectando saberes. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/petdiversidadetolerancia/photos/a.864728486996035/1673172409484968/?type=3&theater>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- OLIVEIRA, Quezia; LANGHANZ, Milena; GILL, Lorena. “Sinto falta de abraços”: os impactos da pandemia de covid-19 na vida cotidiana dos alunos e alunas da UFPel. **História em Revista**, Pelotas, v.26, n. 1, p. 230-239, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/20622/12770>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios. PNAD Educação 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/89ec0c1b18b88b2e1b5ad7123becb548.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.
- SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na Educação Superior**: acesso e perfil discente. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.
- SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223- 1245. out./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400010. Acesso em: 3 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Pró Reitoria de Assuntos Estudantis. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/prae/coordenacao_de_ingresso_e_beneficios/sobre/. Acesso em: 21 abr. 2021.

Data de recebimento: 19/05/2021

Data de aceite para publicação: 22/06/2021